Desrespeito às Competências do Advogado de Direito Penal na Atualidade

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Raiany Andrade Pires
Isabella Ramos Nascimento
Débora Silva Cruz

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A defesa dos direitos individuais e a preservação do estado democrático de direito são pilares fundamentais da sociedade. Nesse contexto, as prerrogativas dos advogados desempenham um papel crucial, assegurando a independência e autonomia no exercício da profissão, bem como a proteção do cidadão perante as instâncias jurídicas. Tais prerrogativas estão amparadas pelos artigos 6º e 7º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estabelecendo um arcabouço legal que resguarda os direitos e deveres dos advogados em seu papel essencial na administração da justiça. No cenário jurídico contemporâneo, desponta uma preocupação cada vez mais relevante: o desrespeito às competências do advogado de direito penal. Esse profissional desempenha um papel essencial na defesa dos direitos individuais e na aplicação justa da lei. No entanto, é notável o crescente desrespeito e a subvalorização de suas habilidades e prerrogativas neste campo específico do direito.

Objetivo

O objetivo deste tema é destacar como esse desrespeito compromete valores éticos e ameaça os direitos universais dos cidadãos. O tema visa sensibilizar para a importância do advogado na defesa dos direitos constitucionais e processuais dos clientes, enfatizando a necessidade de respeitar suas prerrogativas e garantias profissionais.

Material e Métodos

Para a elaboração do resumo usamos como base o método qualitativo e como material de pesquisa usamos a Pesquisa bibliográfica, pois é um procedimento metodológico baseado no levantamento, seleção e análise de publicações existentes, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e materiais disponíveis online. O objetivo foi obter uma visão geral sobre tal tema, permitindo entender as contribuições atuais.

Resultados e Discussão

Entre essas prerrogativas, destacam-se o acesso aos autos do inquérito policial, o direito de comunicação reservada com o cliente e a inviolabilidade do escritório e das comunicações. A garantia da inviolabilidade das comunicações entre advogado e cliente é essencial para a ampla defesa, mesmo em procedimentos inquisitoriais

como o inquérito policial. Sem acesso aos autos, o advogado fica impossibilitado de contestar eventuais ilegalidades, comprometendo a democracia e a justiça.
Os resultados desse desrespeito às competências do advogado de direito penal são preocupantes e têm impactos significativos na sociedade e no sistema jurídico como um todo. Quando as prerrogativas dos advogados não são respeitadas, há uma ameaça direta aos direitos individuais dos cidadãos, pois a defesa técnica e imparcial é essencial para garantir um julgamento justo e equitativo.

Conclusão

Isso pode levar a uma descrença no estado de direito e ao enfraquecimento da democracia.
Portanto, é essencial que haja uma conscientização sobre a importância do papel do advogado na defesa dos direitos constitucionais e processuais dos clientes, bem como a necessidade de respeitar suas prerrogativas e garantias profissionais. Somente assim será possível preservar os valores éticos, promover a justiça e garantir o pleno funcionamento do estado democrático de direito.

Referências

-Aumenta punição para quem não respeita prerrogativas da advocacia, OAB NACIONAL. Publicado segunda-feira, 13 de junho de 2022 às 18h22. Disponível em:https://www.oab.org.br/noticia/59813/aumenta-punicao-para-quem-nao-respeita-prerrogativas-da-advocacia.
-Defesa de Prerrogativas, OAB MINAS GERAIS. Disponível em: https://www.oabmg.org.br/prerrogativas/.
-Prerrogativas do Advogado, JUSBRASIL. Disponível em:https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=prerrogativas+do+advogado.
-Principais prerrogativas do advogado, JUSBRASIL. Disponível em:https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principais-prerrogativas-do-advogado/403894453 .